

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO: A PESQUISA CIENTÍFICA NO CAMPO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Isabel Jurema Grimm

Pós- Doutoranda em Gestão Urbana (PUCPR). Turismóloga. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR).

Carlos Alberto Cioce Sampaio

Professor da Fundação Universidade Regional de Blumenau e Universidade Positivo (UP). Pós-Doutor em Ecosocioeconomia, Cooperativismo Corporativo e Ciências Ambientais. Administrador. Doutor em Planejamento e Gestão Organizacional.

Manon Garcia

Doutoranda em Gestão Urbana (PUCPR). Administradora.

Resumo

A atividade turística de base comunitária pode apresentar potencial em países e regiões com poucas outras exportações competitivas, ou em áreas que apresente vulnerabilidade das atividades econômicas tradicionais comprometendo a subsistência de muitas populações. Desta forma questiona-se como os autores tem tratado o Turismo de Base Comunitária (TBC) em suas pesquisas? Como se desenvolve a pesquisa acadêmica-científica sobre o tema e qual seu tratamento em relação ao turismo convencional ou de massa? Quais recortes de análise são considerados no estudo do Turismo de Base Comunitária? Assim, o objetivo deste artigo é analisar a produção científica sobre o TBC a nível global e seu potencial para o desenvolvimento local. Metodologicamente, enquadra-se como descritiva, documental, quantitativa e de corte longitudinal. Para sua realização fez-se uso de pesquisa bibliométrica, onde foram analisados 100 artigos disponíveis na base de dados (periódicos) Scielo, sciencedirect, capes, sbecotur no período de 2011 a 2015 compondo um mapa mental das produções relacionadas, e pesquisa bibliográfica e documental para apresentar o estado da arte sobre o tema. Como resultado observam-se os principais temas relacionados com o TBC, os territórios de estudo, os elementos formadores e a contribuição do Turismo de Base Comunitária para o desenvolvimento das comunidades de acolhimento.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária, Produção Científica, Desenvolvimento.

DEVELOPMENT STRATEGIES: SCIENTIFIC RESEARCH ABOUT COMMUNITY BASED TOURISM

Isabel Jurema Grimm

Pós- Doutoranda em Gestão Urbana (PUCPR). Turismóloga. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR).

Carlos Alberto Cioce Sampaio

Professor da Fundação Universidade Regional de Blumenau e Universidade Positivo (UP).
Pós-Doutor em Ecosocioeconomia, Cooperativismo Corporativo e Ciências Ambientais. Administrador. Doutor em Planejamento e Gestão Organizacional.

Manon Garcia

Doutoranda em Gestão Urbana (PUCPR). Administradora.

Abstract

Community-based tourism may have potential in countries and regions with few other competitive exports, or in areas that are vulnerable to traditional economic activities by compromising the livelihoods of many populations. Therefore, it is questioned how the authors have treated Community Based Tourism (TBC) in their research? How is the academic-scientific research developed on the subject and what is its treatment regarding to conventional or mass tourism? Which analysis cuts are considered in the study of Community Based Tourism? Thus, the objective of this article is to analyze the scientific production on TBT at a global level and its potential for local development. Methodologically, it is depicted as descriptive, documentary, quantitative and longitudinal. So, it could be accomplished, a bibliometric research was done, where 100 articles were analyzed in Scielo, sciencedirect, capes, sbecotur (periodical) databases, during the period of 2011 till 2015, composing a mental map of the related productions, and bibliographical, as well as documentary research, to present the state of the art on the subject. As a result, the main themes related to the TBC, the study territories, the shaping elements, and the contribution of Community Based Tourism for the development of the host communities are observed.

Key Word: Community Based Tourism, Scientific Production, Development.

Introdução

Reduzir as desigualdades econômicas e dar acesso a serviços básicos para parcela da população mundial tem convertido o turismo em alternativa emergente de desenvolvimento. A Agenda 21 adotada pelas Nações Unidas em 1999 promoveu o enfoque do turismo como instrumento de participação e envolvimento da comunidade em projetos de desenvolvimento local.

Em 2000, com a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio¹, se destacou no primeiro dos objetivos a erradicação da pobreza extrema e da fome, reforçando a promoção do turismo como estratégia para alcançar este objetivo. Gerando benefícios econômicos substanciais, a atividade tem vantagens em relação a outros setores, pois é uma atividade muito diversificada que aumenta as possibilidades de participação em larga escala (de forma direta e indireta, formal e informal).

Empregando proporção maior de mulheres, o produto turístico pode ser desenvolvido sobre os recursos naturais e culturais que muitas vezes são alguns dos poucos bens que comunidades desfavorecidas economicamente possuem. A atividade pode ter potencial em países e regiões com poucas outras exportações competitivas, ou em áreas que apresente vulnerabilidade das atividades econômicas tradicionais, tendo visto as mudanças ambientais e climáticas, que tem afetado modos de vida e comprometido a subsistência de muitas populações.

Estes fatos, particularmente ao longo das duas últimas décadas, têm acelerado o debate em torno do papel do turismo na redução da pobreza e do desenvolvimento sustentável, impulsionando o surgimento de formas alternativas da atividade. Contudo, isto exige do setor comportamento inovador, respondendo de forma mais eficaz nas soluções desses problemas. Implica no desenvolvimento do turismo refletindo em benefícios ambientais, econômicos e socioculturais, estabelecendo adequado equilíbrio entre as três dimensões para garantir sua sustentabilidade em longo prazo.

Com ênfase associativa e comunitária (IRVING, 2009; SAMPAIO & CORIOLANO, 2009; ROGERSON, 2014; ASHLEY E GOODWIN, 2001; GRIMM & SAMPAIO,

¹ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são: reduzir pela metade o número de pessoas que vivem na miséria e passam fome; educação básica de qualidade para todos; igualdade entre os sexos e mais autonomia para as mulheres; redução da mortalidade infantil; melhoria da saúde materna; combate a epidemias e doenças; garantia da sustentabilidade ambiental e, estabelecer parcerias mundiais para o desenvolvimento. Em setembro de 2015, 150 líderes mundiais participaram em Nova York da Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável 2015, onde uma nova agenda foi adotada: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com metas universais, que se aplicam a países em todos os estágios de desenvolvimento, a agenda consiste em uma Declaração, 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas, uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, e um arcabouço para acompanhamento e revisão.

2016), o Turismo de Base Comunitária surgiu como uma expressão adotada por pesquisadores interessados pelo desenvolvimento desta atividade, como forma de demonstrar o protagonismo das comunidades na promoção de alternativas socioeconômicas, que possam contribuir para a melhoria das condições de vida local.

Desta forma questiona-se como os autores tem tratado o Turismo de Base Comunitária (TBC) em suas pesquisas? Como se desenvolve a pesquisa acadêmica-científica sobre o tema e qual seu tratamento em relação ao turismo convencional ou de massa?

Quais recortes de análise são considerados no estudo do Turismo de Base Comunitária? Assim, o objetivo deste artigo é analisar a produção científica sobre o TBC a nível global e seu potencial para o desenvolvimento local. Metodologicamente, enquadra-se como descritiva, documental, quantitativa e de corte longitudinal. Para sua realização fez-se uso de pesquisa bibliométrica, onde foram analisados 100 artigos disponíveis na base de dados (periódicos) Scielo, sciencedirect, capes, sbecotur no período de 2011 a 2015 compondo um mapa mental das produções relacionadas, e pesquisa bibliográfica e documental para apresentar o estado da arte sobre o tema.

Como resultado observam-se os principais temas relacionados com o TBC, os territórios de estudo, os elementos formadores e a contribuição do Turismo de Base Comunitária para o desenvolvimento das comunidades de acolhimento.

Metodologia e instrumentos da pesquisa

Metodologicamente, constitui-se de uma pesquisa bibliográfica e documental buscando atingir o estado da arte sobre o Turismo de Base Comunitária e, de pesquisa bibliométrica para identificar autores, características, territorialidades e tratamento científico dado ao tema. De acordo com Araújo (2006, p. 12) “a bibliometria, é uma técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico”. Há três Leis Bibliométricas, a Lei de Produtividade de Autores de Lotka, a Lei de Dispersão de Periódicos de Bradford e a Lei de Frequência de Palavras de Zipf (ARAÚJO, 2006).

Esta pesquisa se aproxima da Lei de Frequência de Palavras de Zip. Nesta perspectiva e considerando o tema foram analisados 100 artigos disponíveis na base de dados (periódicos) Scielo, sciencedirect, capes, sbecotur no período de 2011 a 2015. A seleção se baseou nas palavras “turismo de base comunitária”; “ecoturismo”, “comunidades”, “desenvolvimento”, “sustentabilidade” constantes no título, resumo ou palavras-chave e disponíveis nos idiomas, português, espanhol, inglês e italiano.

Ao serem localizados, os artigos passaram a compor os dados de uma planilha Excel, selecionando-se título, autores, palavras-chave e resumo. Posteriormente foi realizada análise e seleção das informações. A partir da planilha foi elaborado um mapa mental como forma de organizar e representar as informações coletadas. A posteriori, e a partir das palavras desenvolvimento, desarrollo e development encontradas nas palavras-chave ou resumo, os artigos foram lidos e analisados.

Paralelamente, foram analisadas obras consideradas relevantes na temática do Turismo de Base Comunitária, tendo como contribuições: Murphy (1985); Richards y Hall (2000); Ashley e Goodwin, (2001); Zapata (2005); Hiwasaki (2006); Maldonado; Irving; Sansolo e Bursztyrn; Mingmethaporn; Sampaio e Coriolano (2009); López e Arroyo; Grimm e Sampaio, (2012); Sampaio et al., (2011, 2014), Lima (2011); Rogerson, (2014); Fabrino et al., (2015).

Revisão teórica

O Pro-poor Tourism e o Turismo de Base Comunitária

Como atividade global, o turismo opera dentro de uma economia de mercado neoliberal que apresenta desafios para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ou mais atualmente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Neste sentido alianças burocráticas e empresariais foram formadas para expandir programas de fomento da atividade turística ao redor do mundo, que privilegiassem as comunidades carentes e dessem conta de: aumentar os benefícios econômicos; expandir oportunidades de trabalho e renda nas comunidades economicamente marginalizadas; aumentar o rendimento coletivo; dar acesso à infraestrutura e a serviços básicos destinados a apoiar o turismo, mas também beneficiando as comunidades receptoras; reforçar benefícios não econômicos por meio da capacitação e treinamento; mitigar o impacto ambiental; garantir a preservação de modos de vida e a cultura local e a construção de uma política mais solidária promovendo a participação (ONU, 2015).

Impulso considerável para este debate foi dado pelo surgimento do conceito de "Pro-poor Tourism", ou Turismo Orientado para os Pobres (TOP). Surgido na Inglaterra ao final dos anos 1990 a proposta busca congrega os "pobres" ao mercado capitalista mediante intervenções de projetos turísticos comercialmente viáveis que possa gerar trabalho e renda para as populações carentes (Rogerson, 2014).

López e Arroyo (2012) investigaram quinze experiências com base no Turismo Orientado para os Pobres em quatro diferentes regiões: África (8), Ásia (3), Europa (1) e América Latina (3) e identificaram aspectos chave necessários para que populações mais pobres possam ser beneficiadas economicamente por meio do turismo, fortalecendo os meios de subsistência, criando novas oportunidades de trabalho e fomentando o desenvolvimento de microempresas. As autoras concluem que as propostas de turismo podem gerar um futuro de esperança incidindo sobre aspectos básicos ligados a melhoria da qualidade de vida de grupos vulneráveis, mas salientam que está aberta uma agenda para diferentes disciplinas trabalharem sobre estes aspectos.

Rogerson (2014), ao abordar sobre esta alternativa de turismo destaca que há evidências crescentes mostrando que o turismo pode transferir benefícios significativos para as economias e comunidades locais. Lembra, entretanto, que para muitos pesquisadores o caso é menos convincente. Argumentos levam a refletir que as perspectivas do turismo em prol dos “pobres” são simplistas e que os retornos financeiros para as comunidades muitas vezes são limitados e frequentemente capturados por um pequeno número de atores com habilidades empreendedoras resultando em desenvolvimento desigual (Rogerson, 2014).

Outra observação a respeito dos caminhos do Pro-poor Tourism é sua concentração ao examinar os impactos sobre as comunidades rurais, turismo de natureza ou ecoturismo. Só recentemente surgiu uma agenda urbana focada em alternativas de turismo para as comunidades mais desfavorecidas, expressas dentro da literatura em torno do "turismo de favela". Este é um termo normalmente definido como visitas turísticas para as áreas urbanas de pobreza relativa. É um fenômeno crescente em destinos urbanos no Sul global e abrange visitas turísticas a favelas como no Rio de Janeiro ou nos municípios urbanos da África do Sul.

O modelo Pro-poor Tourism, distingue-se de outros modelos de turismos, tais como o ecoturismo e o turismo de base comunitária, pelas ideologias que se manifestam na luta política sobre a forma como o turismo nos países em desenvolvimento deve se desenvolver. Ou seja, esta forma de turismo enfrenta muitos obstáculos econômicos e de participação, incluindo a falta de habilidades, baixa compreensão do turismo, má qualidade do produto e mercados limitados². Estudos de caso revelam algumas lições comuns (Ashley e Goodwin, 2001).

O TOP vai muito além do turismo comunitário, ele necessita de diversidade de ações, do micro ao nível macro, incluindo desenvolvimento do produto, marketing, planejamento, política e investimento. A força motriz (redução da pobreza) para o TOP

² Disponível em: http://www.propoortourism-kenya.org/what_is_propoortourism.html.

é útil, mas outras partes interessadas (governos, ONGs, instituições) podem ser incorporadas nas estratégias de negócio para o desenvolvimento do turismo (com ou sem linguagem pró-pobres explícito). Ações externas ao turismo, como a posse da terra, pequena empresa, governo representativo, são fundamentais.

O modelo TOP funciona melhor quando o destino está mais bem localizado geograficamente. Em áreas remotas o impacto da pobreza pode ser maior, embora o próprio turismo possa ser desenvolvido em uma escala limitada. A estratégia do TOP muitas vezes envolve o desenvolvimento de novos produtos, em especial com base na cultura local, mas estes devem ser integrados com produtos mainstream, se quiserem encontrar mercados. Garantir a viabilidade comercial é prioridade, requerendo atenção à demanda, a qualidade do produto, marketing, investimento em habilidades de negócios, e inclusão do setor privado. As atividades econômicas devem expandir os trabalhos regulares (próprios das comunidades onde se desenvolve o turismo) e gerar oportunidades casuais atraindo demanda (mercados) e diversificando oferta (produtos). Os benefícios não financeiros (aumento da participação, cooperação) podem reduzir ou poderiam resolver situações de vulnerabilidade. O TOP é um investimento em longo prazo. As expectativas devem ser gerenciadas e os benefícios de curto prazo desenvolvidos no ínterim. Pode ser necessário o financiamento externo para cobrir custos substanciais e o estabelecimento de parcerias para desenvolver habilidades e políticas.

O desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária

O contexto que busca alternativas de desenvolvimento sustentável do turismo fez surgir na América Latina em 1980, o Turismo Rural Comunitário (TRC) incentivado por organismos como o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID). A iniciativa visava atender à demanda internacional de turistas em busca de experiências originais, significativas e enriquecedoras. Diante desta nova demanda o Ministério do Turismo - MTur (2010) desenvolveu o Projeto Economia da Experiência, buscando dar suporte a micro e pequenos empreendimentos turísticos para investimento e inovação dos atrativos, adaptando-os à demanda que se manifestava.

No Brasil a reflexão sobre a temática de acordo com Fabrino et al., (2015), por muito tempo “trouxe consigo um sentido marginal, periférico, distante da realidade e das tendências políticas públicas nacionais e internacionais” (p.2). Foi somente na década de 1990 durante o Encontro de Turismo de Base Local (ENTBL) que o tema passou a ter demanda e fazer parte de redes de pesquisa.

Na obra de Murphy (1985), pela primeira vez o conceito de turismo comunitário é abordado trazendo aspectos relacionados com o turismo e as áreas rurais dos países em desenvolvimento e em trabalhos de Richards y Hall (2000), onde o Turismo de Base Comunitária aparece como “ferramenta” para a redução da pobreza.

Desde então diversas definições, possibilidades de abordagens e entendimentos sobre esta forma de turismo começa a surgir: turismo comunitário, turismo de base comunitária, ou turismo comunitário, solidário e sustentável³ como denominado por (Sampaio et al., 2011). Embora não haja uma definição única e amplamente aceita, a literatura específica considera como elemento comum, a participação da comunidade local como protagonista na gestão da atividade turística e no desenvolvimento de seu território.

Solidificado como uma proposta na escala local, centrado nos recursos endógenos (humanos, naturais, culturais e de infraestrutura) das comunidades, na solidariedade dos atores envolvidos, o TBC vincula-se à promoção da conservação ambiental, valorização da identidade cultural e diversificação econômica nas comunidades receptoras. Destaca-se, que a modalidade não designa um novo tipo de turismo ou segmento de mercado criado para atender a uma demanda específica.

Pela relevância da atividade, Hiwasaki (2006) propõe que este modelo de turismo se manifeste em quatro propostas a saber: (a) participação da comunidade no planejamento e gestão do turismo; (b) conservação dos recursos naturais e culturais; (c) geração de benefícios econômicos e sociais para a comunidade local e (d) assegure ao visitante uma experiência de qualidade, comprometida com a responsabilidade social e ambiental.

Para Irving (2009), a atividade deve estar baseada na participação e envolvimento das comunidades locais, mesmo que agentes externos possam fazer parte do processo. Neste ponto a participação do Estado, instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais, tem sido fundamental para as experiências que se encontram em funcionamento no Brasil. Ou seja, as iniciativas ora desenvolvidas em sua maioria contam, ou em algum momento contaram, com auxílio de agentes externos. A escala deve ser limitada ao local para que se possam ter ambientes controlados, reduzindo impactos e malefícios do turismo de massa. Sugere-se que todo benefício seja ser revertido à comunidade, que a cultura local componha o principal atrativo e como tal deve ser preservado. Propõe-se privilegiar um espaço de “encontro” como condição de promoção e compartilhamento social entre quem recebe e os que são recebidos.

³ Estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioprodutivos e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços (SAMPAIO, 2011, p.27).

Pela discussão sobre realidades do TBC tem-se esta atividade como resistência ao turismo de massa consumista, e que o associa à estratégia de trabalho, de vida e de comunicação social para conservar modos de vida próprios de populações tradicionais e que possam contribuir para a melhoria das condições de vida local. São práticas de lugares onde vivem comunidades carentes e territórios encravados em Unidades de Conservação que servem de contraponto ao modelo de desenvolvimento consumista, e fazem repensar o turismo cultural, etnoturismo, ecoturismo e agroturismo (Sampaio et al., 2014).

Para Lima (2011), a diversidade encontrada na modalidade considera os potenciais presentes no meio rural e no meio urbano, envolve povos tradicionais e grupos sociais constituídos a partir de “processos socioeconômicos excludentes, como os habitantes de favelas, reconhece as práticas artesanais, assim como as empresariais; enfim, trata-se de um universo com ampla riqueza” (p.06).

O desenvolvimento do turismo de base comunitária tem como desafio aumentar a autoestima das comunidades autóctones identificadas muitas vezes como comunidades tradicionais⁴, para que possam perceber seus modos de vida, mesmo quando estes se encontrem distanciados do padrão de consumo próprios do modo de vida tipicamente urbano. Portanto, há necessidade de se valorizar essas comunidades, seus modos de vida, de produção e conhecimento.

Modos de vida podem ser entendidos como a capacidade que as comunidades tradicionais possuem de se relacionar com um meio ecológico complexo, identificando, por exemplo, as diferenciações na fauna e na flora, as diversas espécies existentes, suas formas de vida e funções, que podem ser considerada prova do patrimônio cultural, graças a um saber prático que valoriza e preserva os ecossistemas e que muitas vezes é visto como práticas improdutivas pelas sociedades modernas (Castro, 2000).

Esses modos de vida, produção e conhecimento caracterizam-se como principal atrativo do TBC, pois são as forma de viver simples que se tornam referência, marco de identidade de projeto de desenvolvimento, potencializa-se como atrativos distanciando-se da espetacularização, rompendo com a lógica urbana, individual e materialista.

4 Por comunidades tradicionais adota-se a compreensão de Diegues (1983), que as caracteriza como aquelas que se desenvolvem a partir do modo de produção em pequena escala distinguindo-se daquela associada ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho como a própria natureza, se transforma em objeto de compra e venda (mercadoria).

O modelo de turismo adotado pelos grandes empreendedores e governos neoliberais, objetiva acumular lucros e divisas, por isto não cumpriu, e provavelmente não cumprirá as promessas de gerar emprego e distribuir renda para todos. Estas ideias vão ficando nos discursos, não chegam às políticas. Mas, contraditoriamente, a atividade turística deixa lacunas não ocupadas pelo grande capital, que passam a serem oportunidades para aqueles excluídos desta concentração, criando-se assim um turismo alternativo, solidário, sustentável e comunitário (Sampaio e Coriolano, 2009, p. 12 - 24), que se acredita ser capaz de colaborar com a redução da pobreza como mencionado anteriormente.

Desse modo, posicionar as comunidades tradicionais como protagonistas de sua história, contrapondo-se à condição de subalternidade gravada na luta das minorias, poderá reafirmar sua identidade a partir de uma lógica diferenciada.

Produção científica acerca do Turismo de Base Comunitária: algumas contribuições

Pesquisadores tem direcionado o debate acerca do TBC, orientados para o protagonismo das comunidades receptoras, constituídas como tradicionais, originárias ou comunidades que apresentam vulnerabilidade econômica. Zapata et al., (2005) exploraram a viabilidade do turismo comunitário em apoiar o desenvolvimento socioeconômico e a redução da pobreza. Examinaram e avaliaram os impactos do ciclo de vida da Nicarágua Rede CBT. Os autores identificaram em seu trabalho a necessidade do planejamento “bottom-up”, ou seja, desenvolvido a partir do empreendedorismo local; com atrativos turísticos do lugar; que as comunidades assumam o risco de investir seu próprio capital econômico para materializar a ideia em objetos físicos e instalações; que o desenvolvimento do produto seja orientado para os recursos locais existentes e a comunidade seja produtora, gestora e também possa consumir o que produz; que a elaboração e desenvolvimento do projeto sejam feitos em redes das comunidades locais e para mercados próximos. Mas, ressaltam os autores que o planejamento “bottom-up” do turismo comunitário compartilha desafios como qualquer outra micro ou pequena empresa: tecnologia, diversificação, qualidade, sazonalidade, rentabilidade e retorno dos investimentos, capacidade de carga, limite de recursos, acesso ao crédito, às questões de equidade, normas de trabalho, e impacto ambiental, entre outros.

Maldonado (2009) estudou 30 projetos de turismo comunitário na América Latina, e identificou as restrições enfrentadas por estas comunidades, que as conduzem a instabilidade e fraca competitividade no mercado. O fato de acordo com o autor é evidenciado em parte pela “incurião das comunidades no turismo em situações de imprevisto, ausência de profissionalismo, desconhecimento do mercado e dos instrumentos de gestão de negócios” (p. 32).

Sansolo e Bursztyn (2009) desenvolveram uma pesquisa com 25 representantes de iniciativas brasileiras de turismo comunitário e constataram que a maior parte das experiências se localizam na região nordeste nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Os autores sintetizaram informações sobre as iniciativas, sendo que estas: ocorrem em pequenas comunidades assentadas em povoados, aldeias e vilas e não há referência de experiências envolvendo um município como um todo; 80% das iniciativas acontecem no entorno ou interior de Unidades de Conservação; as experiências apresentam uma diversidade de atrativos naturais, culturais e convívios onde a água destaca-se como grande atrativo; boa parte das iniciativas conta com apoio externo, por meio de suporte técnico e financeiro, normalmente de ONGs e universidades, para a realização do planejamento, estruturação e operação do turismo; formas de propriedade e modo de gestão dos empreendimentos são variadas, incluindo-se empreendimentos comunitários geridos por cooperativa e a organização familiar; em nenhum dos casos o turismo é a única atividade e, muitas vezes, nem a mais importante enquanto atividade econômica, no entanto, o turismo tem fortalecido a autoestima dessas comunidades e dado apoio às suas lutas.

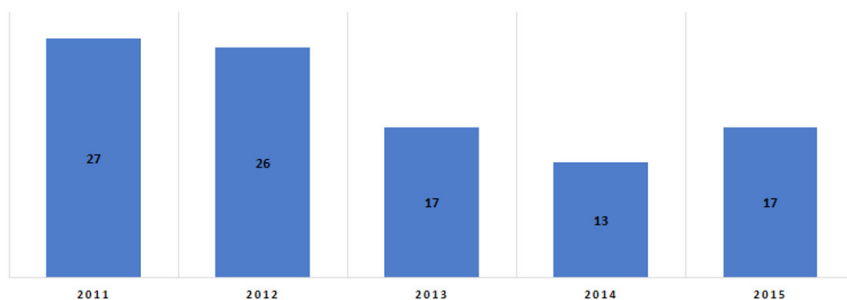
Mingmethaporn (2009), ao estudar o turismo na Tailândia observou que no país o turismo comunitário tem recebido reconhecimento crescente por sua utilidade em ajudar uma gama diversificada de metas de desenvolvimento, incluindo a conservação das culturas tradicionais e modos de vida, melhoria na gestão dos recursos naturais, geração de renda, participação da comunidade local, desenvolvimento de recursos humanos da comunidade (novas habilidades e conhecimento) e do intercâmbio cultural. Também tem estimulado a autoestima, reconhecimento da identidade e da cultura local. A gestão sustentável dos recursos naturais tem sido o cerne da atividade, que proporciona benefícios consistentes por meio de atividades de conservação e conscientização ambiental tais como prevenir a pesca ilegal, reflorestamento, apoio à juventude para a realização de acampamentos ambientais, manutenção de aspectos tradicionais e sustentáveis de modos de vida local, tais como a pesca de pequena escala e tingimento natural. No país segue o autor, no contexto do debate sobre a mudança climática, o turismo comunitário tem promovido atividades de conservação ambiental bem-sucedidas, e, por conseguinte, contribuído para o turismo verde, de baixo carbono.

Voltada às ações que levem a redução da pobreza por meio da distribuição dos benefícios econômicos, Irving (2009) lembra toda e qualquer abordagem sobre o turismo deve superar a percepção de comunitário como aquele que é carente e de baixa renda, e centrar-se no fator humano e nos recursos endógenos.

Resultados e Discussões

Buscando traçar padrões de comportamento foram coletados dados para compor séries históricas que dão origem ao volume produtivo, que abrange a temática do Turismo de Base Comunitária ao longo dos últimos cinco anos. Identificou-se nas bases Scielo, sciencedirect, capes, sbecotur, os seguintes números de produções que trataram do tema:

Gráfico 01 – Produção científica em torno do TBC, nas bases Scielo, sciencedirect, capes, sbecotur no período de 2011 a 2015.



Fonte: Os autores, 2016

A tendência observada demonstra uma queda significativa nas publicações em 2013 e 2014. Em 2015 houve uma leve disposição de crescimento, mas destaca-se que esses números representam uma base de dados específica, o que não retrata uma tendência geral. De toda forma os números aqui expressos, mostram uma disposição à diminuição da produção.

Entre as publicações foram identificadas 43 no idioma inglês, 40 em português, 14 em espanhol e duas em italiano. Em relação à autoria 19 % dos artigos são desenvolvidos por um único autor, 66% possuem até três autores e, 3% contam com até cinco autores.

Um olhar sobre o objeto de análise mostra que o Turismo de Base Comunitária, tem sido tema de debate em diferentes lugares. Nas publicações de 2011 o Brasil aparece como principal território de análise tendo os estados do Amazonas, Pará e Bahia, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, São Paulo e Paraíba como casos de estudo. Internacionalmente, aparecem o Equador, Cabo Verde, Bali, Botswana e África do

Sul. Em 2012 o Paraná e a Bahia são apontados nos estudos e Chile, Panamá, México, Kenya, África do Sul, Iran, Namíbia e Uganda são os destaques internacionais. Em 2013 houve diminuição nas publicações e Minas Gerais, Amazonas, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os destaques nacionais e Costa Rica, Camboja e Malásia aparecem como territórios de análise internacionais. Seguindo em queda, nas publicações de 2014 aparecem o Rio de Janeiro e Amazonas e internacionalmente tem-se a Tailândia, África do Sul, Laos, China, Jamaica e Zâmbia. No ano de 2015 são observadas pesquisas em territórios andinos. A mesma base de dados (periódicos) evidenciou, apesar das publicações de 2016 estarem acontecendo e algumas revistas ainda publicarão seus trabalhos, que neste ano aparecem Espanha e Suécia direcionando as pesquisas sobre o Turismo de Base Comunitária para os países europeus.

Os termos “local”, “indígena”, “tradicional” têm surgido com frequência, chamando atenção para pluralidade de sistemas de produção de saber no mundo e para importância nos processos de desenvolvimento. O Turismo de Base Comunitária e seu desenvolvimento tem encontrado em comunidades tradicionais e originárias possibilidades de contribuir como alternativa econômica ofertando trabalho e renda e contribuindo para diminuir a vulnerabilidade social e econômica de regiões menos favorecidas. Especificamente nos textos analisados foram identificados (Figura 1) colaborações que justificam essa afirmativa.

Figura 1: Diagrama de análise a partir das produções da base Scielo, sciencedirect, capes, sbecotur.



Fonte: Os autores, 2016.

A análise dos artigos, demonstra que na gestão do Turismo de Base Comunitária são observadas metodologias participativas onde a comunidade local é o principal ator na gestão e no desenvolvimento da atividade. Isto permite verificar uma participação dos atores sociais no processo de tomada de decisão em função dos diferentes níveis, tipos e formas de exercício de poder. Uma das principais características do turismo de base comunitária é a contraposição ao modelo capitalista excludente, pois possibilita a participação da comunidade organizada na tomada de decisões, planejamento e execução da atividade turística. Para uma sociedade igualitária precisamos de uma economia solidária não competitiva (SINGER, 2002, p.98), assim as comunidades podem usufruir dos benefícios em busca da inclusão socioeconômica.

Os aspectos econômicos são considerados a partir dos benefícios financeiros diretos gerados pela atividade e que os recursos oriundos permaneçam nas comunidades, que as iniciativas privilegiem os princípios da economia solidária e que estabeleçam redes de comércio justo. Nos casos pesquisados a noção do desenvolvimento mantém fortes laços ao local (onde em alguns casos os empreendimentos são comunitários e geridos por cooperativas e em outros, prevalece a organização familiar), ao território e ao espaço rural. Ao desenvolvimento são atribuídos também as formas de acesso ao mercado consumidor (canais de distribuição, divulgação, propaganda e marketing) e a comercialização do produto do TBC.

Algumas das pesquisas destacam o desenvolvimento como aspecto fundamental para a atividade turística. Macedo et al., (2011) focalizaram as relações do ecoturismo com o processo de globalização e as contradições que envolvem crescimento econômico e o desenvolvimento. Para tal levantaram a hipótese de que o ecoturismo de base comunitária é um aliado do processo de construção do desenvolvimento das populações autóctones. Os autores enfocaram questões como o envolvimento da economia solidária, turismo comunitário, do ecoturismo na perspectiva de colaborar com a inserção da comunidade local na atividade turística e os benefícios os autóctones.

Garcia et al., (2013) tendo como área de estudo a Bacia do Rio Camaquã/RS discutiram sobre turismo sustentável tendo como principal hipótese suas contribuições para o desenvolvimento local, pois, de acordo com os autores, o TBC tem como principais objetivos trabalhar com a inclusão e equidade da comunidade receptora, valorizar e resgatar a cultura e os saberes tradicionais, a troca de experiências e o contato com a natureza trabalhando o respeito e a importância dos bens naturais.

Castillo e Oliveira (2015), focalizaram o TBC a partir de sua promulgação como uma “nova” forma de fazer turismo que se opõe ao turismo de massa, e como uma iniciativa que apresenta potencial de transformação social e de desenvolvimento sustentável local. Neste contexto analisaram as possíveis congruências entre os constructos de Turismo de base Comunitária e Inovação Social lançando mão do modelo de análise da inovação social.

Hernández Navarro e Trejos Benavides (2013), a partir de uma reflexão sobre as estratégias de desenvolvimento analisaram uma experiência de gestão do turismo em uma comunidade rural na Costa Rica, e proporam orientações para promover o desenvolvimento econômico local através do turismo rural, destinado a comunidades organizadas e entidades da economia social, interessados na criação de projetos de turismo de base comunitária.

Látková e Vogt (2012) examinaram atitudes dos moradores em relação ao desenvolvimento turístico em áreas rurais, em diferentes estágios de desenvolvimento econômico. A teoria da troca social e o modelo de ciclo de vida do destino turístico foram usados para examinar os impactos do desenvolvimento do turismo sobre as atitudes dos moradores, quando considerados em conjunto com a atividade econômica total de uma comunidade.

Hanafiah et al., (2013) analisaram o desenvolvimento do turismo e seus impactos para as comunidades locais, levando em conta que a atitude dos moradores afeta diretamente o desenvolvimento atual e futuro da atividade. As atitudes positivas da comunidade irão encorajar os níveis de satisfação dos turistas e contribuir para a promoção do turismo. Portanto, afirmam os autores, o envolvimento e a participação da comunidade de acolhimento são pertinentes para o sucesso do plano de desenvolvimento turístico.

Giampiccoli et al., (2014), abordam o turismo como uma ferramenta que contribui para o desenvolvimento. Para os autores o turismo comunitário tem sido especificamente reconhecido como uma abordagem de desenvolvimento turístico, que visa facilitar o desenvolvimento de comunidades desfavorecidas. O trabalho chama atenção para uma possível lacuna entre as políticas públicas e as práticas e propõe uma estrutura específica, para preencher esta lacuna facilitando o desenvolvimento do TBC.

Sloan et al., (2014) selecionaram pesquisas preliminares realizadas em sete operações de hotelaria e turismo sustentáveis em economias em desenvolvimento que utilizam os princípios do empreendedorismo social. Os autores analisaram a

aplicabilidade de sistemas de gestão empresarial social baseados na comunidade como forma de fomentar o desenvolvimento socioeconómico. Entretanto, salientam para as fragilidades dos estudos, pois, estas são limitadas a uma pequena seleção de projetos de empreendedorismo social e de empreendimentos comunitários nas economias em desenvolvimento, portanto, não podem ser aplicadas em projetos similares nas economias desenvolvidas, onde os fatores sociais e econômicos são consideravelmente diferentes.

Saayman e Giampiccali (2015) propõe o TBC e o Pro-poor Tourism (TOP) como uma alternativa ao turismo convencional e como um meio para aliviar a pobreza e facilitar o desenvolvimento de comunidade carentes. As diferenças substanciais entre TBC e TOP são examinadas e os autores apontam que o Turismo de Base Comunitária é uma alternativa ao turismo de massa e é controlada por membros da comunidade denotando uma abordagem de justiça social para o turismo que se caracteriza por objetivos redistributivos, mas o TOP, por outro lado, teve origem e é sustentado pelo sistema neoliberal, impedindo assim a mudança para o status quo.

Os trabalhos selecionados nesta bibliometria demonstram a contribuição do turismo como benefício econômico, que visa diminuir as desigualdades e dar oportunidade de inclusão em países, regiões e comunidades que possuem aspectos singulares e que apresentam proximidade constante do agente externo, o turista. Neste ponto é observado principalmente experiências nos países latinos, sul africanos e asiáticos. Atualmente, as produções trazem a experiência do Turismo de Base Comunitária em países Europeus (Espanha e Suécia), podendo-se sugerir uma outra visão da atividade que não somente do Pro-poor Tourism (aquele orientado para os pobres).

O Bem Viver, aparece entre os temas relacionados ao Turismo de Base Comunitária, por entender-se que povos originários e tradicionais possuem modos de vida sustentáveis ao não estarem vinculados à visão hegemônica atual ocidental que coloca o mercado e a economia como centro da vida. Acosta (2008) assinala que não se trata de inserir esta filosofia de vida no contexto de outras formas de desenvolvimento adjetivadas, tais como o desenvolvimento sustentável; trata-se antes, de romper com a visão utilitarista e antropocêntrica de desenvolvimento.

A valorização da identidade e a preservação da cultura local, são destacados como principais benefícios do turismo em pequenas comunidades, onde a valorização da sociobiodiversidade está relacionada à sobrevivência material, à

preservação dos costumes, da cultural. Símbolos, mitos e atributos sagrados são característicos do modo de vida tradicional e da intrínseca relação com o meio em que vivem e, constituindo-se como atrativos turísticos são valorizados e preservados quando passam a atrair visitantes. Neste sentido, a atividade tem como desafio aumentar a autoestima das comunidades autóctones identificadas muitas vezes como comunidades tradicionais, para que possam perceber seus modos de vida, mesmo quando estas se encontram distanciadas dos padrões de consumo próprios do modo de vida tipicamente urbano.

A organização da atividade e a participação da comunidade na gestão e no desenvolvimento contribui para seu empoderamento. O TBC é adotado por pesquisadores como forma de demonstrar o protagonismo das comunidades na promoção de alternativas socioeconômicas, que possam contribuir para a melhoria das condições de vida local. Neste sentido, visualiza-se que inicialmente a participação da comunidade nos projetos está diretamente ligada a atuação de organizações, que, em última instância regem os recursos, o exercício de poder e influência em uma comunidade.

A produção científica em torno do Turismo de Base Comunitária, nas bases consultadas, tem demonstrado protagonismo próprio vinculado à preservação ambiental, sustentabilidade e tem se desenvolvido principalmente em territórios de comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas, comunidades costeiras e no interior ou entorno de Unidades de Conservação.

Considerações

Considerada como uma alternativa sustentável, o TBC tem demonstrado produzir menos impactos negativos em relação ao turismo de massa. Entretanto, alguns desafios são impostos em sua implementação. Destaca-se que a própria sistematização e construção do conhecimento do turismo devem ser elaboradas com as comunidades e não para as comunidades. Em alguns casos a academia tem se apropriado da riqueza de saberes sem fazer a devolução às comunidades. Outro desafio é a união de esforços para a incidência políticas em todos os níveis de governo para que se tenham políticas de estado com orçamento vinculado, além da assessoria técnica interdisciplinar, com inclusão obrigatória do especialista em turismo. Em relação às possibilidades, destaca o turismo comunitário como uma forma de atividade complementar de geração de trabalho, renda, protagonismo de gênero, raça, etnia e geração, de fortalecimento do pertencimento e resgate de tradições, e de avanço da economia solidária em contraponto ao modelo econômico hegemônico.

O TBC pode ser uma alternativa de diversificação econômica, onde o modo de vida das comunidades para esse tipo de atividade tem potencial de reduzir a vulnerabilidade e o risco, ao dar aos moradores opções de trabalho e renda. Porém a atividade pode ser indicada para as comunidades que realmente desejam e que possam enfrentar alguns desafios como falta de capital para investir, sazonalidade e a falta de apoio técnico e financeiro:

A atividade abre oportunidades para valorizar o patrimônio cultural, diversificar economias e preservar os recursos naturais. Participe de outra racionalidade busca em suas práticas diárias a redução no consumo energético e fomenta o reaproveitamento e reciclagem de materiais. Também propicia aos visitantes contato mais próximo à natureza levando à tomada de consciência dos problemas ambientais entre eles causas e efeitos das mudanças do clima.

Sendo assim, podem-se elencar alguns princípios orientadores que podem fazer do TBC uma estratégia de diversificação econômica e desenvolvimento sustentável em comunidades que apresentam vulnerabilidade econômica e social: a) as comunidades tradicionais, indígenas, ribeirinhas etc. têm uma vantagem comparativa, elas têm ativos de enorme valor: cultura, arte, música, paisagens naturais, fauna e clima e o turismo pode ajudar na conservação deste patrimônio;

b) o setor do turismo é diversificado e tem potencial para apoiar outros setores econômicos complementando atividades de subsistência, por meio da criação de renda em toda complexa cadeia de fornecimento de mercadorias e serviços (alojamento, transporte, alimentação e recreação); sem, contudo, substituir as atividades tradicionais (pesca, cultivo de ostras, etc.) salvo pela decisão individual de trabalhar exclusivamente com o turismo; c) a atividade oferece diferentes oportunidades especialmente para as mulheres (que representam importante força de trabalho e sustento familiar) e jovens (que precisam de acesso a um mercado de trabalho mais diversificado), exigindo relativamente pouco treinamento; d) abre caminho para reivindicações comunitárias de saneamento ambiental, transporte, comunicação, abastecimento de água, segurança pública e saúde, tendo visto que esta infraestrutura é necessária para o desenvolvimento do turismo, mas beneficia especialmente as comunidades locais.

Referências Bibliográficas

- Acosta, A. (2008).** El buen vivir, una oportunidad por construir. In: Ecuador Debate. Edición de Diciembre. Quito – Ecuador.
- Araújo, C. A (2006).** Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. Em *Questão*, v. 12, n. 1, p. 11-32.
- Ashlei, C.; Goodwin, H.; Roe, D. (2001).** Pro-Poor Tourism Strategies: Expanding Opportunities for the Poor. Pro-poor tourism briefing No 1. April. Disponível em: <http://>

www.haroldgoodwin.info/resources/ppt_briefing.pdf. Acesso em 15 de junho de 2015.

Castillo, L. A.G.; Oliveira, V.M. (2015). Turismo de Base Comunitária como Inovação Social: congruência entre os constructos. *Pasos revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, vl.13,n°5, p.1213 – 1227.

Castro, E. (2000). Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: Diegues, A.C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Anablume.

Fabrino, N.H.; Nascimento, E. P.; Costa, H.A. Turismo de Base Comunitária: Dos Conceitos às Práticas e das Práticas aos Conceitos. VII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisas em Ambiente e Sociedade – ANNPAS, 2015. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ann.2&lng=P>. Acesso em 17 de junho de 2015.

Garcia, T.S.; Figueiró, A.S.; Degrandi, S.M. (2013). Possibilidades para um turismo de base comunitária na bacia do Rio Camaquã (RS): um diálogo com o desenvolvimento baseado no território. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.6, n.1, jan/abr., p.139-152.

Giampiccoli, A.; Saayman, M.; Jugmohan, S. (2014). Developing community-based tourism in South Africa: Addressing the missing link. *African Journal for Physical Activity and Health Sciences*, v. 20, n° 3-2, p.23-36.

Hanafiah, M.H.; Jamaluddin, M.R.; Zulkify, M.I. (2013). Local Community Attitude and Support towards Tourism Development in Tioman Island, Malaysia. *al. / Procedia - Social and Behavioral Sciences*, v. 105, p. 792 – 800.

Grimm, I. J.; Sampaio, C. A. C. (2012). Multiculturalismo, turismo e comunidades tradicionais: campo de coexistência e vivencialidade? III Congresso de Cultura e Educação para a América Latina (CEPIAL), Curitiba, 2012. Anais eletrônicos. Curitiba, UFPR. Disponível em: http://cepiat.org.br/inc/anais/eixo4/324_IsabelJuremaGrimm.pdf. Acesso em 02 de agosto de 2013.

Hernández Navarro, J. R.; Trejos Benavides, E. (2013). Estrategias de desarrollo económico local y la gestión del turismo rural comunitario en costa rica: análisis de una experiencia. *Tourism & Management Studie.*, Universidade do Algarve Faro, Portugal. V. 1, p. 133-144.

Hiwasaki, L. (2006). Community-based tourism: A pathway to sustainability for Japan's protected areas. *Society and Natural Resources*, vol. 19, p.133-143.

Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível? In: Bartholo, R.; Sansolo, D.G.; Burzztyn, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 108-119.

Látková, P.; Vogt, C. (2012). Residents' Attitudes toward Existing and Future Tourism Development in Rural Communities. *Journal of Travel Research*, v.51, p. 50 – 67.

Lima, R. (2011). Turismo de Base Comunitária como Inovação Social. Rio de Janeiro.

Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Federal do Rio de Janeiro, p. 12-78.

Lópes, O.J.; Arroyo, J.C. (2012). El turismo orientado a los pobres: una alternativa estratégica para os países em desarrollo. *Revista Pasos*. Vol. 10, n° 5, p. 451-456.

Macedo, R.F. et al. (2011). Ecoturismo de base comunitária: uma realidade ou uma utopia. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Vol. 9 N° 2, p. 437- 448.

Maldonado, C. (2009). O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I.; (Orgs.). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro (RJ): Letra e Imagem, p. 25 - 44.

Mingmethaporn, K. (2009). Hosts, Guests and Our Shared Planet: Climate-Friendly, Community-Based Tourism in Thailand. *Contours*, Vol. 19, Issue 4, p.14.

Ministério do Turismo (MTur). (2010). Tour da Experiência. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Cartilha_Metodologia_Projeto_Economia_Experiencia.pdf. Acesso em 05 de maio de 2015.

_____.(2008). Turismo de Base Comunitária. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/busca.html?searchword=publica%C3%A7%C3%B5es&searchphrase=all>. Acesso em 17 de maio de 2013.

Murphy, P.E. (1995). *Tourism: A community approach*. Londres. Methuesen. Organização das Nações Unidas Brasil (ONUBR). (2015). 17 objetivos para transformar nosso mundo. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em janeiro de 2016.

Richards, G.; Hall, D. (2000). *Tourism and sustainable community development*, Londres. Routledge.

Rogerson, C.M. (2014). Informal Sector Business Tourism and Pro-Poor Tourism: Africa's Migrant Entrepreneurs. *Mediterranean Journal of Social Sciences MCSER Publishing, Rome-Italy*, vol 5, n° 16, p. 153-161.

Saayman, M.; Giampiccali, A. (2015). Community based tourism and pro-poor tourism: dissimilar positioning in relation to community development. *Journal for New Generation Sciences*, v.13, n°3, p. 163 – 181.

Sampaio, C. A. et. al., (2011). Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável. In: Sampaio, C. A. C.; Henriquez, C.; Mansur, C. (Orgs.). *Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática*. Blumenau: Edifurb, p. 23-30.

Sampaio, C. A. C.; Ceccato, M.; Mendonça, C.; Rehme, G. (2014). Slow city: como proposta de desenvolvimento territorial sustentável. II Seminário Internacional Culturas e Desenvolvimento, Chapecó, 2014. Anais..., Chapecó.

Sampaio, C. A. C; Coriolano; L.N. (2009). Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. v. 3, n. 1, p. 4-24.

Sansolo, R; Bursztyn, I. (2009). Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: Bartholo, R.; Sansolo, D.G.; Burszty, I. (Orgs.). Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, parte I, p.142-161.

Singer, P. (2002). Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Sloan , P.; Legrand , W.; Kaufmann ,C. S. (2014). A survey of social entrepreneurial community-based hospitality and tourism initiatives in developing economies: A new business approach for industry", Worldwide Hospitality and Tourism Themes, v. 6, p.51 - 64.

Zapata, M. J.; Hall, M.; Lindo, P.; Vanderschaegue, M. Can community-based tourism contribute to development and poverty alleviation? Lessons from Nicaragua, Current Issues in Tourism, 2011, 14:8, 725-749. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13683500.2011.559200?tab=permissions#tabModule>. Acesso em 16 de outubro de 2014.

Agradecimento especial aos alunos de Iniciação Científica: Fernando Leal e Cyndi Ueda, da Universidade Positivo, que colaboraram na execução da pesquisa bibliométrica.

